

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 4 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-868-7 DOI 10.22533/at.ed.687192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DISCURSOS E REFLEXÕES INICIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Sebastiani Stamm Hirsh Brambilla Jislaine da Luz Sílvia Cândida de Oliveira Dill	
DOI 10.22533/at.ed.6871923121	
CAPÍTULO 2	14
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS EM SANTANA DO IPANEMA: EXPERIÊNCIAS EM FOCO	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva Lanielle Ramos da Silva Maciane Rodrigues Feitosa Miriane Rodrigues Feitosa Rayane Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6871923122	
CAPÍTULO 3	24
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AS “EVIDÊNCIAS” DA GLOBALIZAÇÃO EM DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL	
Julio Antonio Moreto	
DOI 10.22533/at.ed.6871923123	
CAPÍTULO 4	39
O OLHAR DOS FORMADORES A PARTIR DE UMA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	
Waléria de Jesus Barbosa Soares Carlos André Bogéa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6871923124	
CAPÍTULO 5	49
POSSIBILIDADES E LIMITES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA <i>ONLINE</i> DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Wilson Teixeira da Silva Daise Lago Pereira Souto	
DOI 10.22533/at.ed.6871923125	
CAPÍTULO 6	60
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: ESPAÇOS, TEMPOS E SABERES	
Everaldo Dias Matteus	
DOI 10.22533/at.ed.6871923126	

FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

CAPÍTULO 7	70
A ESCOLA ATUAL E A RESPONSABILIDADE DA FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO E SOCIAL	
Eber Silva Ostemberg	
DOI 10.22533/at.ed.6871923127	
CAPÍTULO 8	81
50 ANOS DE MOBRL EM SANTOS: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE O GOVERNO MILITAR	
Thalita Di Bella Costa Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.6871923128	
CAPÍTULO 9	95
A AUTONOMIA COMO ESTRATÉGIA PARA A APRENDIZAGEM COLABORATIVA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	
Max Augusto Franco Pereira	
Henrique Nou Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.6871923129	
CAPÍTULO 10	108
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE	
Dagmar Braga de Oliveira	
José Elyton Batista dos Santos	
Manoel Messias Santos Alves	
Bruno Meneses Rodrigues	
Willian Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.68719231210	
CAPÍTULO 11	115
ENTRE O POPULAR E O FORMAL: DESAFIOS DO PROJETO TECENDO A CIDADANIA NO CAMPO - PRONERA EJA	
Cláudia Valéria de Assis Dansa	
Joice Marielle da Costa Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231211	
CAPÍTULO 12	129
OS DIREITOS HUMANOS COMO ELEMENTO TRANSDISCIPLINAR DOS CURRÍCULOS JURÍDICOS: A BUSCA DE UMA FORMAÇÃO VOLTADA À CIDADANIA	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231212	
CAPÍTULO 13	135
QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO FORMAÇÃO HUMANA E A SUPERVISÃO EDUCACIONAL: UM PENSAR E UM FAZER EM CONSTRUÇÃO	
Sandra Cristina Tomaz	
Margarida Montejano da Silva	
Charles Durães Leite	
DOI 10.22533/at.ed.68719231213	

FORMAÇÃO DOCENTE

CAPÍTULO 14	147
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA UFPI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO VIGENTE E DO ANO 2000	
Antonia Dalva França de Carvalho Lya Raquel Oliveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.68719231214	
CAPÍTULO 15	158
ANÁLISE DOS ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DE DOCUMENTÁRIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ÊNFASE NA PROBLEMATIZAÇÃO	
Tatiane da Silva Santos Joanna Angélica Melo de Andrade Divanizia do Nascimento Souza	
DOI 10.22533/at.ed.68719231215	
CAPÍTULO 16	170
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA E FORMATIVA	
Anaína Souza Santana Maria Aparecida Antunes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231216	
CAPÍTULO 17	181
INTEGRANDO TIC E PRÁTICAS DE PESQUISA – ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA WEBQUEST NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Melise Peruchini Karla Marques da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.68719231217	
CAPÍTULO 18	194
MOVIMENTO DE RECONFIGURAÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE DE FORMADORES NA ACIDES E OS SABERES MOBILIZADOS NO ENSINO POLICIAL MILITAR: LIMITES E POSSIBILIDADES	
Benôni Cavalcanti Pereira Kátia Maria da Cruz Ramos Ivanildo Cesar Torres de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.68719231218	
CAPÍTULO 19	208
O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA SEGUNDO A TEORIA DA EVOLUÇÃO DE DARWIN: FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Vanessa Minuzzi Bidinoto Maria Guiomar Carneiro Tommasiello	
DOI 10.22533/at.ed.68719231219	
CAPÍTULO 20	219
O POSICIONAMENTO DOS ACADÊMICOS ACERCA DA FRAGMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO NO CEFD/UFMS E AS POSSIBILIDADES PARA FORMAÇÃO AMPLIADA	
Adelina Lorensi Prietto Gabriel Vielmo Gomes Gilmar Belitz Pereira Junior	

Gislei José Scapin
Maristela da Silva Souza
DOI 10.22533/at.ed.68719231220

CAPÍTULO 21 230

PRÁTICA ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Lucinara Bastiani Corrêa
Juliana Mezzomo Cantarelli
Michele Moraes Lopes

DOI 10.22533/at.ed.68719231221

LEITURA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 22 239

O TEMPO VOA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCOMUNICATIVA NA PRODUÇÃO DE UMA RADIONOVELA

Luiza Rorato de Oliveira
Caroline Valente Comassetto
Rosana Cabral Zucolo

DOI 10.22533/at.ed.68719231222

CAPÍTULO 23 248

LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS NA ESCOLA: REFLETINDO SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA

Marina Mercado Soares Gaúna
Karla Ferreira Costa

DOI 10.22533/at.ed.68719231223

CAPÍTULO 24 263

EDUCOMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INSERÇÃO SOCIAL NA ESCOLA DESEMBARGADOR MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS EM COLÍDER – MATO GROSSO

Leandro José do Nascimento
Adriano Eulálio Araújo
Maria José Basso Marques
Regina Uemoto Maciel Martins

DOI 10.22533/at.ed.68719231224

CAPÍTULO 25 273

AS ATRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SOB A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Sandra Andrea Souza Rodrigues
Suely Cristina Silva Souza
Cosme dos Santos Montalvão

DOI 10.22533/at.ed.68719231225

CAPÍTULO 26 284

A LEITURA DE LEITE NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Simone de Souza Silva
Márcia da Silva Lima Luna

DOI 10.22533/at.ed.68719231226

CAPÍTULO 27	295
BOLIN (BOLETIM LINGUÍSTICO E LITERÁRIO): UM JORNAL ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA DESENVOLVIDO EM 2014	
Josimar Gonçalves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.68719231227	
CAPÍTULO 28	307
MEMÓRIAS DE LEITURA E ESCRITA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE	
Maurecilde Lemes da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.68719231228	
CAPÍTULO 29	320
O USO DA LINGUAGEM LOGO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Jefferson Felipe Albuquerque Cavalcante	
Vanio Fragoso de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.68719231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	327
ÍNDICE REMISSIVO	328

50 ANOS DE MOBRAL EM SANTOS: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE O GOVERNO MILITAR

Data de aceite: 09/12/2018

Thalita Di Bella Costa Monteiro

Universidade Católica de Santos

E-mail: thalita@unisantos.br

RESUMO: Este artigo reúne alguns elementos que marcaram a instalação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na cidade de Santos, litoral de São Paulo, a partir da intervenção que o município sofreu em 1969 derivada de medidas de interesse de controle político, social e territorial por parte do governo militar, cujo início se deu pela tomada de poder em 1964. Como estratégia de contenção dos movimentos de esquerda e de aproximação do governo ditatorial à população mais pobre, o Mobral foi projetado para alfabetizar adultos entre 15 e 35 anos que não tinham frequentado a escola em tempo regular. Os documentos mostraram que Santos não aquiesceu da ideia a princípio e que seus resultados como política pública de educação de adultos foram pífios, exceto pela sensação de mobilização da sociedade civil em torno da causa da educação e do dinheiro que o contribuinte santista dispendeu numa proposta que não era sua.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Brasileiro de

Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Santos.

50 YEARS OF MOBRAL IN SANTOS:
A YOUNG AND ADULT EDUCATION
EXPERIENCE DURING THE MILITARY
GOVERNMENT

ABSTRACT: This article has some elements which involve the Brazilian Alfabetization Movement (Mobral) implemented in Santos City, São Paulo Coast, from the intervention the city lived in 1969 caused by the civil-military government, that had got on the power in 1964. As a strategy to keep the left movement away and approach to poor people, Mobral was projected in national level to obligate cities to pay for education for people with ages from 15 to 35 years old that did not get to study during the childhood. The documents showed that Santos citizens did not agree with the idea at first and its results as a public policy for adult education were weak, except for the civil society mobilization feeling for education and for the money that Santos's citizens had spent in a cause that was not theirs.

KEYWORDS: Brazilian Alfabetization Movement; Young and Adult Education; Santos City.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2019, completam-se 50 anos dos primeiros atos oficiais que vieram a instalar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na cidade de Santos durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964, considerando a intervenção que a cidade sofreu, a partir de 1969, como marco zero deste momento.

Concebido para ser a proposta de educação para jovens e adultos daquele período, o Mobral foi criado por meio da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e teve, em seu objetivo central, a alfabetização funcional e educação continuada de adultos e adolescentes em todo território nacional. Os Decretos n.º 61.311, n.º 61.312, n.º 61.313 e n.º 61.314, todos datados de 8 de setembro de 1967, prepararam o terreno para que o programa fosse constituído. Respectivamente, os decretos criaram um grupo interministerial responsável por elaborar um estudo sobre levantamento de recursos para alfabetização funcional e educação continuada de adultos; previram uso de emissoras de televisão na transmissão obrigatórias de programas educativos preparados pelo Ministério da Educação e Cultura; criaram a Rede Nacional de Alfabetização e Educação Continuada de Adultos, que era uma extensão do uso das rádios para divulgar os programas educativos; e incluíram os sindicatos na luta pelo fim do analfabetismo, designando-lhes a tarefa de oferecer educação moral e cívica, qualificação profissional e a educação sanitária e, em havendo iletrados, a alfabetização.

2 | UM PANORAMA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO MOVIMENTO

O tempo que separa as balizas para a formação do Mobral e sua efetiva criação é de pouco mais de três meses. Durante este tempo, o Movimento de Educação Base (MEB) foi o único condutor de uma política voltada para a alfabetização de jovens e adultos existente e aceito pelos militares, tanto que era citado pelos diplomas legislativos predecessores do MOBRRAL (PAIVA, 2003, p. 287-8).

Ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MEB foi criado em 1961 pelo governo federal para ser o propagador de medidas socioeducativas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País por meio de escolas radiofônicas (FÁVERO, 2004). O movimento fazia parte do plano quinquenal de Juscelino Kubitschek, que, segundo Beisiegel (1974), destinara pouca atenção à educação de adultos durante sua gestão.

Antes do MEB, as preocupações com o desenvolvimento da população afastada dos grandes centros, já eram evidentes e alvos de tentativas anteriores, como a Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos (CNAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Segundo Fávero (2004), o

MEB compilou esses esforços, voltando-se a esta causa conjugando-se também a proposta da saúde.

Para melhor percepção dos desdobramentos que as campanhas de alfabetização antes do MEB causaram – e, principalmente, junto com elas, as posturas adotadas pelo presidente João Goulart – é necessário discorrer sobre o quadro sociopolítico dos idos entre 1961 e 1967.

João Goulart assumiu o poder depois da renúncia do presidente Jânio Quadros. O estreitamento do presidente a algumas causas consideradas de esquerda, somado ao cenário mundial da Guerra Fria e à tensão por conta das revoluções que vinham acontecendo pela América Latina e a própria Revolução Chinesa, levantou desconfianças à figura de Jango. Segundo Araujo, Soares e Castro (1994, p. 11), os encaminhamentos de Jango eram conflitantes para os militares.

A figura de João Goulart aparece com nuances variadas. Não é visto como alguém intrinsecamente perverso nem como comunista. Seria, antes de tudo, um fraco, que se deixou levar pela esquerda, ou pela “maléfica” influência de Leonel Brizola, este, talvez, para os militares, o maior vilão da história.

Acrescente-se a impressão conturbada sobre a figura presidencial que ficou no lugar de Jânio Quadros, com a memória da revolta comunista de 1935, conhecida como Intentona Comunista, e tem-se que

Ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente. (ARAUJO, SOARES E CASTRO, 1994, p. 11-2)

Obviamente que apenas o receio de uma tomada do poder pelos partidos de esquerda brasileiros não era suficiente para mobilizar os militares a planejar uma resposta eficiente. O estopim foi a insubordinação e quebra de hierarquia dentro da corporação, assemelhando-se ao episódio de 1935. De acordo com Araujo, Soares e Castro (1994), a revolta dos sargentos, em 1963, e dos marinheiros e fuzileiros, em 1964, e a presença física do presidente no jantar promovido pelos sargentos no Automóvel Club foram entendidos como sinais de que a ordem vigente seria subvertida. “Quando o presidente da República prestigiou os baixos escalões, ultrapassou fronteiras simbólicas extremamente perigosas” (ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 13).

É preciso lembrar também as impressões que os partidos de esquerda passavam, conforme lembra Carvalho (2006, p. 151)

A esquerda também não tinha tradição democrática. Ou melhor, sua parte democrática era muito reduzida. A parcela maior, constituída pelo Partido Comunista, desprezava a democracia liberal, vista como instrumento de

dominação burguesa. Se a aceitava apenas como meio de chegar ao poder. O lado nacionalista da esquerda, herdeiro de Vargas, cujos principais representantes eram Goulart e Brizola, também não morria de amores pela democracia. Aceitava-na na medida em que servisse a seus propósitos reformistas. [...] Pressionado por Brizola e pelos sindicalistas, e com receio de perder liderança das reformas, o presidente deixou-se levar a uma radicalização que se tornou suicida quando atingiu a disciplina das forças armadas.

Esses dados são de grande valia para compreender dois momentos da história da educação brasileira após a instauração do governo militar: o primeiro é o encerramento do Sistema Paulo Freire como método de alfabetização de adultos justamente por estar abraçado aos movimentos populares ligados à esquerda e de propagar a ideia da conscientização como ação transformadora da sociedade para o modelo baseado nas propostas das classes populares (BRANDÃO, 1984). O segundo é a justificativa para o hiato entre a tomada do poder em 1964, a criação do MOBRAL em 1967, e o efetivo funcionamento, a partir de 1969.

Os reflexos das movimentações que aconteceram no País foram sentidos em Santos, cidade localizada no litoral do estado de São Paulo, cuja trajetória sociopolítica é peculiar no que diz respeito à sua postura considerada de vanguarda, pois lutou por uma causa que o País veio a abraçar posteriormente, como a independência de Portugal, cuja figura de destaque foi José Bonifácio de Andrada e Silva, um cidadão santista.

Em outras frentes, a cidade empenhou-se pela abolição dos escravos, foi porta de entrada de imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras brasileiras, ganhando, com isso, uma forte influência externa – já que muitos fincaram raízes no município – teve uma linha de trem ligando o interior ao porto, renovando os ares do desenvolvimento local, e soube contornar algumas das mazelas da saúde pública remodelando sua estrutura sanitária com os canais, projetados por Saturnino de Brito, que ligam o Centro à praia e minimizaram os impactos que a falta da rede de esgoto causou com alastramento de graves doenças.

As características do crescimento santista deveram-se à movimentação de dinheiro que o escoamento da produção agrícola nacional por meio do porto propiciou. Entretanto, a própria geografia e localização da Cidade tiveram papel de destaque nessa expansão desde os tempos da colonização.

A barreira imensa que a Serra do Mar ergue entre o planalto e o litoral torna singularmente difíceis [...] as comunicações entre estas regiões. [...] até fins do século XVIII, além do [porto] de Santos, não podemos citar mais de três: de São Sebastião a Jacareí, de Ubatuba a Taubaté, de Parati (Estado do Rio) a Cunha [...]. De todas as estradas, a de Santos foi sempre, de longe, a mais importante. Não só por ser a mais acessível, como também porque liga os dois pontos, respectivamente do litoral e do planalto, mais povoados e importantes: a ilha de São Vicente e a região circunvizinha de São Paulo. [...] É Santos, além disto, o principal porto pode-se dizer o único ponderável, da Capitania, e isto em grande parte devido às suas excepcionais qualidades, seu estuário profundo, abrigado e de fácil acesso. (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 28-29)

A instalação do porto deu-se, pois, de uma maneira natural, o que modificou a sorte de Santos comparada a de cidades próximas. Suas passadas rumo ao século XX encontram um caminho mais fácil com o agraciamento geográfico para alcançar a evidência socioeconômica notada séculos mais tarde.

O porto alterou sobremaneira a forma como as transformações sociais aconteceram na Cidade. Os empregos gerados na atividade portuária atingiram também tarefas secundárias dependentes da ação de exportar e de receber mercadorias nas trocas comerciais e todos os níveis socioeconômicos tiveram participação nisso.

A grande variedade de tarefas específicas vinculadas à função portuária e atividades econômicas integral ou parcialmente dependentes, com graus diferenciados de remuneração, projeta um volume elevado de empregos diretos e indiretos na região, atingindo todas as categorias sociais, em proporção significativa. (SOARES, 1984, p. 72)

Em lugares com a efervescência social, como o porto, era esperado que a movimentação pela ampliação de direitos e benefícios fosse maior, desembocando em greves e manifestações. Somado à importância econômica que o porto já tinha, os olhos dos setores diretamente afetados pelas diversas paralisações se voltaram para a Cidade, especialmente anos antes do início do governo militar, em 1964.

Segundo o *site* Novo Milênio, de 1960 a 1964, aconteceram doze movimentos grevistas pelos mais diferentes motivos, de reivindicação salarial até atos de protesto contra a prisão de líderes de greves anteriores. Restou, portanto, considerar que Santos não passou despercebida por toda a agitação política que o País atravessava no mesmo período.

Encontrou-se, então, a cidade com a marca da resistência. A eleição do prefeito Esmeraldo Tarquínio, em 1968, foi considerada uma lufada de ar fresco em toda cidade por contrariar as expectativas dos militares.

A cidade festejou com entusiasmo, como se tirasse um peso da consciência. A vitória de Tarquínio e Justo tinha o sabor de uma revanche contra o totalitarismo, as prisões, torturas, perseguições, corrupção desenfreada e desmandos administrativos suportados nos últimos anos. A ruidosa alegria, contudo, não era suficiente para iludir os mais conscientes, os mais atentos à incontornável crise nacional, prestes a explodir. Comentava-se abertamente que Tarquínio e Justo não chegariam a tomar posse, que eles seriam cassados e presos, que a “revolução” não poderia admitir tal afronta. (SILVA, 1988, p. 90)

De fato, o prefeito eleito não tomou posse do cargo por força dos efeitos e desdobramentos do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968. Com o poder de intervir em estados e municípios, o presidente assim o fez em Santos, impedindo a posse de Esmeraldo Tarquínio como prefeito em 1969. É interessante que se diga que o governo militar já vinha tolhendo municípios, como Cubatão e São Sebastião, de sua autonomia administrativa desde junho de 1968, quando

declarou diversas cidades como área de segurança nacional.

A asfixia administrativa santista veio por meio de um decreto-lei específico para a cidade em 12 de setembro de 1969. A intervenção e o reposicionamento da área de segurança nacional englobando o território santista foram fatais para a autonomia político-administrativa da cidade.

Como se a intervenção federal não fosse o suficiente, em 12 de setembro de 1969 Santos foi considerada área de segurança nacional, perdendo sua autonomia mais uma vez. Era o segundo grande golpe contra a cidade, que passaria a ser governada por prefeitos nomeados, começando por Antônio Manoel de Carvalho, seguido de Carlos Caldeira Filho e Paulo Gomes Barbosa. (SILVA, 1988, p. 100)

Antes dos prefeitos nomeados, o governo federal destacou um general ligado ao gabinete presidencial para ocupar o lugar de dirigente municipal. O interventor foi o general Clovis Bandeira Brasil. Entre sua nomeação e a entrada do primeiro prefeito nomeado cinco anos se passaram, coincidindo com o período em que os esforços para execução do MOBREAL em todo o País foram aplicados.

É por esse motivo que a investigação histórica no âmbito municipal, em especial em uma cidade que sofreu fortes intervenções, tornou-se relevante. Nada mais natural do que o município de Santos, gerenciado por pessoas ligadas diretamente ao poder central da República, aquiescer a vinda de um programa de educação para adultos moldado pelo governo federal exercido pelos militares.

3 | A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO MOBREAL EM SANTOS

De acordo com Oliveira (1989, p. 181), existiu um documento básico de implantação que foi encaminhado aos prefeitos um convite a integrar o Mobreal, ou seja, tomar as medidas necessárias para sua realização por meio da constituição da Comissão Municipal do Mobreal (COMUN). O significado das palavras do documento indica que a iniciativa de mobilizar a comunidade local era do prefeito, como se nota.

Senhor Prefeito

Permita-nos encontrar em V.S.^a um aliado inicial e permanente do que pretendemos realizar.

[...]

Solicitamos, o quanto antes possível, parta de V.S.^a a execução do que em nosso entender deva ser encabeçado por V.S.^a conforme alusão do documento que segue.

[...]

Por isso encarecemos a V.S.^a:

- Convidar os líderes locais para constituírem a comissão que falaremos adiante.
- Reunir e proceder eleição.
- Instalar dita Comissão.
- Dar de imediato partida a seu labor patriótico.
- Comunicar o recebimento deste documento. (OLIVEIRA, 1989, p. 181)

De acordo com Paiva (1982, p. 66), o movimento básico de implantação fazia parte de uma estratégia que viria a interligar as cidades e a cúpula do Mobral. “A equipe do Mobral, ao chegar aos municípios, deveria contatar imediatamente a Comissão Municipal e obter impreterivelmente a adesão do governo local”. A resposta encaminhada pela então secretária de Educação de Santos, Noêmia Waldomira Luiz, apresentou-se surpreendente. Isto porque o ofício n.º 186/70, de 15 de julho de 1970, registra que

[...] a Prefeitura Municipal de Santos, (sic) passa no presente momento, por uma reforma administrativa e remanejamento do pessoal, não apresentando condições de colaborar no Movimento, visto não haverem ainda sido criados os Setores de Estatística, Pesquisa e Orientação Educacional tão necessários a empreendimentos de tal natureza (SECRETARIA MUNICIPAL DE SANTOS, 1970a).

No encerramento, a secretária afirma que, numa próxima oportunidade, poderia colaborar com a Fundação Mobral. A surpresa residiu na dúvida que surgiu, então, com o adiamento: seria possível uma cidade sob dupla intervenção do governo militar, como questiona Silva (1988), dar uma justificativa de que não teria força de trabalho para conduzir o Mobral em Santos? Em trinta e cinco dias esta dúvida seria dirimida com o ofício n.º 243, de 20 de agosto de 1970.

O documento foi encaminhado ao presidente da empresa Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A (Prodesan) solicitando o auditório para, dali a oito dias, sediar uma reunião com o prefeito e as “autoridades expoentes da cidade”, a fim de organizar a Comissão Executiva do Mobral (SECRETARIA MUNICIPAL DE SANTOS, 1970b).

Os representantes da sociedade selecionados para participar da reunião foram os mesmos idealizados por Kelly ([1969], p. 165) quando traçou as linhas mestras do que, posteriormente, se tornaram o Mobral. Antes de a reunião ser realizada, a Secretaria de Educação de Santos teve de encaminhar ao Secretário do Interior do Estado as informações solicitadas na cláusula nona da minuta do termo do convênio assinado entre a Secretaria de Educação e a Fundação Mobral e a composição da comissão e da subcomissão do Mobral de Santos. O peculiar é que as comissões, que deveriam ser eleitas, já estavam prontas, assinando a então secretária de educação como secretária executiva do Mobral, cargo que, de fato,

veio a ocupar com a publicação da portaria de nomeação dos membros.

Em 26 de setembro de 1970, o Diário Oficial do Município publicou o primeiro ato oficial sobre o programa na cidade: a Comissão Municipal do Mobral (COMUN) de Santos e seu regulamento, já instituindo a figura da autoridade oficial de ensino do município como secretária-executiva da COMUN.

Também decretou que o programa era de alfabetização funcional para pessoas entre 15 e 35 anos e que as “despesas com este decreto correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ensino Primário Municipal” (SANTOS, 1970), sem dispensar a criação de um Fundo Especial para Alfabetização, responsável pela movimentação financeira do programa. O motivo para tal diferenciação foi que o Mobral Central complementaria os recursos necessários para a execução da iniciativa na cidade. Outra informação importante dada pelo regulamento da COMUN de Santos é que o quadro de funcionários seria mantido pelos servidores requisitados a qualquer órgão municipal.

Quatro dias depois da publicação do decreto que criou a COMUN de Santos, uma portaria designou a estrutura administrativa da comissão, reunindo pessoas que presidiam as principais entidades da sociedade civil e da imprensa santista. Estavam lá representantes do jornal “A Tribuna”, do Movimento de Ação Secundarista (MAS), do Lion’s Clube de Santos-Centro, do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), do Rotary Clube Santos-Praia, do Clube Soroptimista de Santos, do Agrupamento de Bombeiros de Santos e de funcionários graduados da Secretaria de Educação.

Na sequência de documentos da Secretaria de Educação, os ofícios de outubro de 1970 incluíam o convite a outras organizações sociais não listadas na portaria para uma reunião do Mobral, sem informar a pauta do encontro. Nestes documentos, é possível conhecer a primeira sede do Mobral em Santos: a sala dos colaboradores da Santa Casa de Misericórdia de Santos, localizada no segundo andar do edifício então ocupado por essa instituição.

Em pouco mais de três meses, a falta de pessoal, justificativa dada pela secretária para declinar a instalação do Mobral em Santos, transformou-se no alinhamento de pessoas influentes da sociedade santista a fim de concretizar o que era planejado pela esfera federal para a educação de adultos. A utilização do espaço da Santa Casa de Santos como sede provisória do programa na cidade levou a crer que as ordens de executar o Mobral eram inegociáveis, pois o atropelo das ações ficou evidente diante da interpretação dos documentos.

A Câmara de Vereadores deu sua contribuição para facilitar a instalação do movimento em Santos e aprovou a Lei n.º 3.655, em 1970, que concedeu vantagens aos participantes do Mobral que viessem a prestar concurso para professor do ensino primário; para os professores efetivos que pleiteassem remoção; e para

os que poderiam ser promovidos por merecimento. Este último quesito parece ter sido importante, posto que Santos contava, na época, com regiões de difícil acesso como, por exemplo, Bertioga, então distrito de Santos.

O Mobral já estava instituído desde 1967 e, de acordo com Oliveira (1989), só houve atividade a partir de 1970, e, como se nota, a toque de caixa. Para os anos posteriores, a Lei n.º 3.674, de 22 de dezembro de 1970, determinou que a Prefeitura empenhasse verbas públicas para subsidiar a COMUN de Santos, limitando-se a reservar até sessenta mil cruzeiros. Com a lei já publicada, faltava, então, o decreto transferiria tais recursos financeiros para a comissão municipal, retirando-os, segundo os termos do diploma legislativo, do orçamento de Obras Públicas.

O programa existia na cidade, mas, ao que tudo indica, dava poucas satisfações à população ou mesmo entusiasmava quem nele trabalhava. É possível afirmar esta premissa pois se mostra confirmada na perspectiva da lógica histórica defendida por Thompson (1981, p. 48), que afirma necessitar, o trabalho do historiador, de um tipo de lógica diferente, que se adéque aos fenômenos, às manifestações contraditórias “cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares”. Assim, o Mobral, que fora instalado a contragosto da autoridade de ensino municipal, subsistia a fim de contentar ordens superiores, direcionando dinheiro do contribuinte para meras aparências.

Em um informe sobre o programa, publicado no Diário Oficial do Município em 1971, a questão do analfabetismo foi tratada com deferência e discorreu sobre o cenário do analfabetismo, com informações relevantes sobre a conjuntura do problema do analfabetismo na cidade, como o número de analfabetos por bairros, morros e no distrito de Bertioga.

Impressiona a precisão dos números, que revelaram, por exemplo, que o bairro da Aparecida, próximo ao porto, concentrava o maior número de analfabetos na cidade toda: 944; e que, no Morro do Monte Serrat, havia apenas 26. No total, Santos tinha 13119 habitantes não alfabetizados. Lamentavelmente, o modo como estes números foram apurados não foi explicado na referida publicação, que sugeria, inclusive, a possibilidade de fraude no levantamento, reforçando, assim, as suspeitas de manipulação tão recorrentes nas críticas ao MOBREAL. Neste momento, a contribuição de Le Goff (2003, p. 535) parece ser bastante válida, pois alerta sobre o “[...] fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso [...], trata-se de pôr à luz as condições de produção [...] e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder”.

Em andamento, o curso estava a alfabetizar 3200 alunos, totalizando 120 classes e mobilizando 240 professoras, pois cada classe contava com duas docentes. Segundo o informe, anteriormente referido, os cursos duravam 90 dias,

cumprindo-se o mínimo esperado pelo Mobral Central, que, segundo Oliveira (1989, p. 161)

[...] deveriam ter uma duração de 9 meses e [ser] completados com cursos de continuação e formação profissional. Já o plano de aplicação de recursos para o ano de 1970 previa apenas um atendimento à população de 10 a 30 anos, das Capitais e algumas outras poucas cidades brasileiras, em cursos com duração de 3 meses e nenhuma previsão concreta de continuidade.

Depois de dar orientações de como a sociedade e o empresariado poderiam contribuir financeiramente com o programa, o informe convidava o cidadão a ajudar também em ações pragmáticas

O cidadão santista pode ingressar como soldado do MOBREAL, no combate ao analfabetismo, através, entre outras, das seguintes modalidades:

a) Fazendo doações voluntárias ao MOBREAL, sendo-lhe permitido abatê-las de seu rendimento bruto tributável, na forma da legislação em vigor, à época de sua declaração de rendimentos;

b) Alfabetizando, por conta própria, adultos analfabetos;

c) Concitando seus concidadãos a cerrarem fileiras junto ao MOBREAL;

d) Fazendo ver aos analfabetos a necessidade de se alfabetizarem e encaminhando-os à Comissão Municipal do MOBREAL. (VAMOS AJUDAR!, 1971, p. 8)

Ainda que os apelos ao cidadão santista para ajudar na causa da alfabetização de adultos fossem feitos, o poder público municipal precisava mostrar à população o que estava sendo feito neste campo. As escolas municipais que ofereciam cursos noturnos foram relacionadas numa publicação no Diário Oficial do Município de 24 de julho de 1971.

Uma pequena apresentação das seis escolas informava o ano de início das turmas de curso noturno, o número de turmas, alunos e as séries e, também, de professores e profissionais da equipe pedagógica e administrativa que trabalhavam junto a aquele curso. Eram elas “Padre Leonardo Nunes”; “Barão do Rio Branco”, “Auxiliadora da Instrução”; “Dr. Fernando Costa”; “Prof. Sebastião Sylvio Julião”; e “Francisco Russo da Silveira”.

O início dos cursos noturnos variou entre os anos de 1959 e 1970 conforme a escola, assim como variou a série que as escolas ofertavam as aulas, abrangendo primeiro e segundo graus. A única escola que teve mencionada na descrição a alfabetização de adultos foi a “Francisco Russo da Silveira”.

Com a expansão do ensino municipal, a administração da Escola Municipal ‘Francisco Russo da Silveira’ começou a receber solicitações para a criação de um período noturno para alfabetização de adultos. Os pedidos foram analisados, atendidos e, em 1968, começou a funcionar a Escola Supletiva Noturna, com uma classe de 5.º ano, onde estudavam 8 moças e 32 rapazes. O número de

matrículas de 1969 foi de 40 alunos e 42 em 1970, atendidos por 1 professora e 1 orientadora, sendo possível uma expansão, tendo em vista o grande número de alunos que aguardam vaga. (SANTOS, 1971, p. 27)

Diante dos dados do Diário Oficial do Município, é possível interpretar que a cidade de Santos estava atenta às demandas existentes em relação a alfabetização da população adulta, reunindo nas escolas municipais professores e outros profissionais para atuar na educação de jovens e adultos, independentemente da existência do Mobral em Santos. As explicações dadas sobre as escolas não fazem referência ao programa, mas a uma educação seriada e regular que ia para além dos nove meses a que o Mobral propunha para alfabetizar. Pode-se considerar este mais um indício de que a sociedade santista e seus dirigentes não viam sentido em manter dois projetos para a educação de adultos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 1972, o interventor federal prestou contas dos seus três anos de administração municipal em Santos. Além de números sobre economia, finanças, despesa, receita e de informações sobre as demais áreas, como saúde e obras públicas, o relatório destacou

[...] assuntos relacionados com a Educação, devemos informar que este Governo, procurando colaborar com a louvável campanha encetada pelo Ministério da Educação, no que concerne à erradicação do analfabetismo em nosso país, determinou, em 1970, a constituição da Comissão Municipal do MOBREAL de Santos, tendo este órgão, já em pleno funcionamento, apresentado resultados altamente compensadores, graças aos auxílios financeiros concedidos por esta Administração e aos convênios firmados com a Regional de São Paulo no Movimento Brasileiro de Alfabetização. (RELATÓRIO, 1972, p. 4)

O trecho em nada lembra a resposta da Secretaria de Educação declinando a participação de Santos no programa de alfabetização de adultos do governo militar. Definitivamente, a cidade teve de abraçar a causa, ainda que, segundo os próprios números obtidos em setembro de 1970, houvesse 13 mil munícipes analfabetos.

Durante os primeiros anos de funcionamento, o Mobral, no âmbito nacional, tirou da situação de analfabetismo 1,8 milhões de pessoas e contava 5 milhões de alunos em seus cursos, segundo Costa (1979, p. 116). Contudo, os índices da população analfabeta não se reduziram em Santos.

De acordo com Thompson (1981, p. 49), é necessário adequar os materiais históricos, aqui trazidos como os números de analfabetos na cidade de Santos, às hipóteses, que seriam as de que a solução para o analfabetismo entre os habitantes da cidade estava sendo dada pelo Mobral. “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”.

A evidência interrogada dos materiais – documentos levantados junto ao arquivo da cidade - retratou o desejo de a cidade se desvincular de programas de educação de jovens e adultos depois do encerramento do Projeto Minerva, das negativas ao Mobral, veio a recusa em aumentar a o número de postos para o curso supletivo, por questões financeiras, conforme foi solicitado pela Diretoria da Divisão Regional de Ensino do Litoral.

É sabido que a educação é um campo de interesses de variados segmentos políticos-ideológicos e que ela é instrumento de perpetuação de poder. Thompson (2002, p. 31) foi preciso ao defender que

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje.

Contudo, para se constituir uma referência do passado, como é o caso do Mobral, com seus defeitos e suas qualidades, há que se estudá-la com o interesse lhe extrair uma compreensão que sirva para progredir do ponto que aquela referência alcançou. Isto é, o Mobral mostrou-se uma tentativa articulada com os demais fatores que compuseram o cenário brasileiro em que ele surgiu. O problema do analfabetismo em massa só poderia ser sanado também com uma campanha de massa, dadas as proporções continentais do País e os números elevados da população de iletrados. As influências externas e os conceitos formatados em conferências internacionais sobre o modo de conceber política pública para a educação de adultos eram fortes, contribuindo também para o surgimento do Mobral.

Entretanto, esta não era a realidade da cidade de Santos, produzindo um sentimento diferente de (não) apropriação da proposta que fora criada para resolver problemas mais evidentes em outras partes do País. Afinal, posicionamentos e soluções locais aos próprios problemas já eram prática comum em terras santistas, quando do seu expressivo desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO e as escolas antigas. NOVO MILÊNIO. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250l.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ARAÚJO, Maria Celina D'; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BEISIEGEL, Celso Rui. A Educação de adultos em São Paulo após a campanha. In: _____. **Estado e Educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974. cap. 6, p. 157-182.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro:

Edições gerais, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 85-144.

COSTA, Lamartine Pereira da. *Estrutura e Funcionamento do MOBRAL*. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL, [1979]. p. 85-130.

FÁVERO, Osmar. *MEB – Movimento de Educação de Base - primeiros tempos: 1961-1966*. In: **Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**, 5, 2004, Évora. Évora: [s.n], 2004, p. 1-15. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018

HISTÓRIAS e Lendas de Santos – Greves. NOVO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0156b.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

KELLY, Celso. **Política da Educação**. Rio de Janeiro: Reper, [1969].

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: _____. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.

OLIVEIRA, José Luiz. **As origens do MOBRAL 1967-1970**. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8912>>. Acesso em: 31 out. 2018.

PAIVA, Vanilda. *MOBRAL: a falácia dos números (um desacerto autoritário II)*. **Síntese**, v. 9, n. 24, jan./mar. 1982. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2172/2465>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

_____. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é História)

RELATÓRIO relativo ao 3.º ano da Administração do General Clóvis Bandeira Brasil. Santos, 29 maio 1972.

SANTOS. Decreto n.º 3.797, de 25 de setembro de 1970. Constitui a Comissão Municipal do MOBRAL de Santos. **Diário Oficial [do] Município**, Santos, 26 set. 1970.

_____. *Cursos Supletivos*, de 24 de julho de 1971. Divulga escolas onde funcionam classes do curso supletivo. **Diário Oficial [do] Município**, Santos, 24 jul. 1971.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANTOS. **Ofício n.º 170, de 15 de julho de 1970a**. Assinado por Noêmia Waldomira Luiz, secretária de Educação.

_____. **Ofício n.º 243, de 20 de agosto de 1970b**. Assinado por Joaquim da Silveira, chefe do Departamento de Educação.

SILVA, Ricardo Marques da. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

THOMPSON, Edward. P. *Educação e experiência*. In: _____. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47.

_____. Intervalo: A Lógica Histórica. In: _____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.

VAMOS AJUDAR! Mobral. **Diário Oficial [do] Município**, Santos, 13 fev. 1971.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem Colaborativa 95

Autonomia 10, 22, 61, 69, 75, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 111, 112, 143, 144, 156, 166, 167, 173, 176, 180, 183, 191, 192, 198, 233, 265, 285, 287, 305, 311

Avaliação 35, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 56, 57, 58, 74, 102, 104, 105, 136, 139, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 160, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 187, 192, 271, 327

B

Banco Mundial 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

C

Cefapro 1, 2, 7, 12, 49

Contemporaneidade 20, 68, 104, 108, 109, 111, 114, 264

Currículo 11, 14, 15, 40, 42, 62, 68, 70, 75, 76, 77, 79, 80, 124, 136, 144, 145, 147, 151, 153, 155, 157, 167, 190, 223, 225, 226, 229, 300

Currículo escolar 14, 42, 62, 167, 190, 223

Currículo questionador 70

D

Documentários 158, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 266, 272

E

EaD Online 49, 50

Educação Física 72, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Educação Inclusiva 230, 231, 232

Educação Integral 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69

Ensino de Ciências e Biologia 208

Ensino de matemática 49

Evolução Biológica 208, 211, 212, 213, 215, 216, 218

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 74, 75, 78, 79, 82, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 245, 246, 249, 250, 261, 263, 264, 272, 276, 279, 282, 284, 285, 286, 287,

290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 304, 307, 308, 310, 311, 312, 317, 318, 319, 325, 327

Formação Continuada 1, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 99, 145, 191, 192, 290

Formação Continuada de Professores 1, 4, 6, 14, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 53, 57, 58, 191, 192, 290

Formação de professores 14, 18, 22, 30, 31, 32, 33, 36, 50, 55, 57, 59, 148, 149, 151, 155, 156, 157, 169, 181, 182, 185, 191, 208, 218, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 261, 282, 318, 327

Formação docente 7, 31, 63, 66, 148, 158, 159, 160, 162, 165, 168, 201, 307

Formação do professor de Matemática 147

Formação humana 4, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 183, 223, 225, 226, 227, 229, 292

G

Globalização 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 38, 168, 222, 250, 261

H

Histórico da educação 70, 163

I

Inovação Pedagógica 12, 95, 97, 98, 100, 102, 104, 105

Interdisciplinaridade 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 198, 276

L

Licenciatura 14, 20, 21, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 234, 327

M

Matemática 16, 23, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 51, 53, 55, 56, 58, 59, 108, 123, 137, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 167, 254, 321, 322, 325, 326

Metodologias educacionais 70

P

Papel do educador 70, 75

Planejamento 1, 2, 3, 9, 13, 34, 36, 50, 55, 57, 97, 99, 100, 104, 143, 168, 185, 187, 189, 190, 203, 204, 275, 284, 288, 289, 325, 327

Políticas públicas em educação 14

PPC 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Prática enquanto componente curricular 230

Práticas avaliativas 39, 43, 44, 170, 171, 174, 176, 177, 179

Práticas de pesquisa 181, 182, 186, 191, 193

Problematização 10, 52, 66, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 168, 192, 255
Programa Mais Educação 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69

Q

Qualidade social da educação 135, 139, 140, 143, 145

R

Reflexão 4, 5, 6, 15, 17, 18, 19, 21, 43, 52, 65, 75, 77, 78, 108, 109, 111, 114, 118, 121, 123, 144, 148, 156, 161, 165, 170, 175, 178, 184, 189, 190, 191, 198, 204, 225, 226, 230, 231, 232, 234, 237, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 264, 266, 271, 278, 286, 307, 308, 314, 317, 318, 325
Responsabilidade na educação 70

S

Significados 170, 174, 175, 176, 179, 217, 251, 254, 255, 256, 286, 288, 299, 309, 314
Sujeito crítico 17, 71, 108, 109, 110, 114
Supervisão educacional 135, 142

T

Tecnologias Digitais 49, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 95, 98, 99, 103, 104, 106, 268
Trabalho docente 14, 20, 25, 31, 47, 152

W

Webquest 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

